

PFL decide ainda quem presidirá Sistematização: Arinos ou Chiarelli



Chiarelli nega sua candidatura

BRASÍLIA — Resistências à indicação do Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para a Presidência da Comissão de Sistematização, em benefício do Líder pefelista no Senado, Carlos Chiarelli (RS), levam o Líder do Partido na Câmara, José Lourenço, a submeter o assunto à bancada, em reunião marcada para a próxima terça-feira.

Afonso Arinos recusou-se ontem a comentar as reações surgidas dentro do PFL ao seu nome, que transitava sem problemas até uma semana atrás, inclusive junto ao PMDB, como candidato natural ao cargo. "Não vou opinar sobre esse assunto", afirmou ele.

O Deputado José Lourenço admitiu ontem que "não há consenso em torno da indicação do nome de Arinos", que ele já havia encaminhado ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas. A mobilização a favor de Chiarelli foi desencadeada na última sexta-feira pelo Vice-Líder do PFL na Câmara, Alceni Guerra (PR), para quem o Senador Arinos, aos 81 anos, "tem uma virtude, que é o seu notório saber, e um defeito, que é a falta de vigor físico".

— Todos os partidos — disse ele — colocaram as suas "feras" na Comissão de Sistematização, porque será

ali que as artimanhas regimentais serão usadas com maior velocidade e frequência. Seria uma crueldade submeter o Senador Afonso Arinos a essa Comissão. Devemos preservá-lo como uma reserva moral e de sabedoria.

O Vice-Líder, segundo o qual Chia-

relli "tem o saber e o vigor necessário ao exercício da Presidência da Comissão de Sistematização", admitiu, entretanto, que muitos membros do Partido estão resistindo à idéia de substituir Arinos, que presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais encarregada pelo Governo de elaborar um anteprojeto de Constituição.

— O Senador desfruta de verdadeira veneração na bancada, que entende que sua indicação à Presidência é uma homenagem feita pela própria sociedade — explicou.

O Senador Carlos Chiarelli, que, segundo Alceni, "só agora começou a ser receptivo à discussão do assunto", negou ser candidato, mas mostrou-se disposto a aguardar a decisão da bancada. Ressaltou, entretanto, que Afonso Arinos "é uma das mais expressivas culturas jurídica e política do País e um companheiro dos mais solidários".

Um dirigente partidário revelou que Arinos estaria enfrentando um fator extra contra a sua candidatura: teria afirmado, em declarações à imprensa, que, tendo sido eleito pelo PFL com apoio do PMDB, se sentia como um representante desses dois partidos. Isso teria causado desconforto aos pefelistas.

Facioni propõe à Mesa sistema parlamentar

BRASÍLIA — A primeira proposta à Constituinte pela implantação do parlamentarismo no Brasil foi apresentada ontem à Mesa pelo Deputado Victor Facioni (PDS-RS). Pela fórmula sugerida, a implantação do sistema parlamentar seria intocável como a República e a Federação, ficando, portanto, imune a modificações casuísticas.

Antigo defensor do parlamentarismo, Facioni é membro da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo — que definirá a manutenção ou a extinção do sistema presidencialista. O órgão é presidido por outro convicto admirador do sistema parlamentar: o Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Presidente da Frente Parlamentarista.

Ao justificar a proposta, Victor Facioni argumenta que o parlamentarismo deve ser reintroduzido no Brasil em base definitiva:

— Tal mudança de rumos não poderá ficar à mercê de casuísmos como os responsáveis pela prematura abolição da experiência tentada em 1961, cujos frutos não conseguimos colher.

O Deputado acredita que, com a modificação do sistema de Governo, "os abalos políticos venham a ser solucionados sem a ruptura da ordem constitucional".

ANC 88
Pasta 01 a 07
Abril/87
057

Sem saber, PMDB deu poder aos pefelistas para afastar relatores

BRASÍLIA — Embora tenha elaborado o Regimento Interno da Constituinte e escolhido a maioria dos parlamentares que compõem as comissões temáticas, o PMDB entregou, mesmo sem querer, os cargos mais poderosos ao PFL. Num acordo entre os dois partidos, o PMDB aceitou indicar todos os relatores, cedendo aos pefelistas todas as presidências.

Mas esqueceu-se que o Regimento Interno dá poderes aos Presidentes das comissões para destituir os relatores. Só ontem, depois de instaladas as comissões, o PMDB acordou e descobriu o erro. A reação do Líder Mário Covas refletiu o temor do partido: "Eles não vão desrespeitar o acordo. Não fariam isso".

E a constatação de que um instrumento importante de poder da Constituinte está nas mãos do PFL já começou a preocupar setores expressivos do PMDB. Apesar de não colocarem em dúvida a disposição dos pefelistas de cumprir os acordos, sentem-se inseguros diante da abertura propiciada pelo Regimento Interno para um possível rompimento dos entendimentos.

— Não se trata de uma arma de

ataque, pois a tradição parlamentar protege o consenso. Mas é, sem dúvida, uma bela arma de defesa — comentou um Deputado do PMDB.

Tanto o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, como o Líder na Câmara, José Lourenço, não confirmam que a preferência do partido pelos cargos de Presidente tenha se baseado nessa prerrogativa. Mas os dois admitem que a possibilidade existe. José Lourenço afirmou: "Não pretendemos fazer isso. Mas, que podemos, podemos".

Para Chiarelli, a preocupação de alguns peemedebistas é fruto de "um processo lastimável de desconfiança entre os dois partidos". Mas concorda que até por outras razões, o PFL tem uma presença mais decisiva na atual correlação de forças estabelecidas pelo acordo. Segundo o Líder do PFL no Senado, o entendimento para a composição das comissões "consagrou os princípios tradicionais de convivência parlamentar".

A maioria do PMDB, entretanto, foi apanhada de surpresa pelo artifício pefelista. O Líder do partido na Constituinte, Senador Mário Covas, indagado sobre a possibilidade, respondeu, no primeiro momento:

— O Regimento não permite isso. Mas, diante dos argumentos de que nas normas regimentais não há nada que proteja os seus relatores, limitou-se a responder, preocupado:

— Eles não vão desrespeitar o acordo. Não fariam isso.

A mesma reação teve a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), candidata à relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e de Comunicações:

— Isso é mais um delírio do PFL. Eles vivem bolando essas coisas.

E o Deputado Jorge Ueque (PMDB-RS) teve a mesma reação de seu Líder.

— Não, eles não podem fazer isso, o Regimento não permite — disse. E depois dos esclarecimentos, reagiu: "Eles não farão isso, seria o caos".

Essa preocupação, entretanto, já havia sido manifestada a amigos mais íntimos pelo Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. E o Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), Presidente do Grupo Econômico do partido, comentou:

— O Regimento permite e acho essa situação extremamente perigosa para o partido e para a Constituinte.

Bancada deverá escolher o relator para a Comissão de Sistematização

BRASÍLIA — A bancada do PMDB na Constituinte deverá eleger o relator da Comissão de Sistematização, escolhendo entre o Senador Fernando Henrique Cardoso e os Deputados Bernardo Cabral (AM) e Pimenta da Veiga (MG). Depois de avaliar o impasse que a disputa está criando, o Líder do Partido, Senador Mário Covas, comentou com amigos que o voto de toda a bancada seria a melhor saída. O perfil dos três candidatos — tanto no preparo para a função como o ideológico — facilita esse tipo de escolha, de acordo com Covas.

Para relator e presidente das subcomissões temáticas que cabem ao PMDB, Covas pretende continuar fazendo as indicações seguindo os critérios que utilizou para a composição das comissões e preenchimento dos cargos do PMDB.

Para acabar com o impasse na Comissão de Sistematização, dois dos três candidatos apresentaram fórmulas. Enquanto Bernardo Cabral propõe que a indicação seja feita pela bancada ou mesmo pelos membros da Comissão, Fernando Henrique sugere uma composição com Pimenta da Veiga, pela qual a relatoria seria dividida entre os dois.

— Não queremos entrar em rota de colisão — disse o Senador.

Mas a idéia não é encarada com simpatia por Pimenta:

— Não vejo como isso poderia ser feito — reagiu.

Bernardo Cabral, confiante, chega a sugerir que a bancada faça a indicação pelo voto. Aceita até submeter seu nome ao plenário da Comissão, embora o procedimento contrarie o Regimento Interno, que prevê a indi-

cação dos diversos relatores pelos presidentes das comissões.

Um critério que ele diz rejeitar é o da escolha por imposição política ou afetiva. Vice-Líder de Covas quando ambos foram cassados, em 1969, afirmou ter certeza de que o Líder na Constituinte tem "compostura para não fazer uma indicação nessas bases".

— A escolha tem que levar em conta os méritos dos postulantes e não a amizade ou simpatia, o que seria uma aberração — observou.

No bojo da discussão está a luta surda por espaços no PMDB, no Congresso e na Constituinte, travada entre Covas e Ulysses. Cabral é apontado como o candidato de Covas e Pimenta como o de Ulysses. Fernando Henrique, por sua vez, não ajudaria Covas a ampliar seus espaços.

Constituinte vai custar de início CZ\$ 10 milhões

BRASÍLIA — Para começar a trabalhar, a Constituinte vai precisar de CZ\$ 10 milhões, pois além da falta de equipamentos de som para gravar os debates, os 120 taquígrafos do Congresso são poucos para atender as nove Comissões e 24 Subcomissões. O Presidente Ulysses Guimarães reúne a Mesa na segunda-feira para resolver o problema.

Como o serviço exige suporte (os discursos taquígrafados são depois datilografados e impressos), será preciso contratar, como prestadores de serviços, pelo menos 40 taquígrafos e 50 datilógrafos. E como o funcionamento das Comissões será ininterrupto, varando noites e fins de semana, a Mesa terá que pagar horas extras e produtividade à equipe do Congresso.

O grosso das despesas, entretanto, ficará com os equipamentos de som. A diretoria da Câmara já iniciou pesquisa para comprar os aparelhos, que terão que ser instalados imediatamente. O Diretor-Geral da Câmara, Aldemar Sabino, revelou que até agora só uma empresa se habilitou e não há tempo para abrir concorrência. O equipamento (um em cada comissão) custa CZ\$ 6 milhões.

Bancada decide na terça a saída de Paulo Ramos

BRASÍLIA — A informação oficial é a de que a decisão sobre a permanência do Deputado Paulo Ramos na coordenação da bancada do PMDB fluminense foi adiada para nova reunião na terça-feira. Mas, desde ontem, o Deputado Messias Soares, que encabeça o movimento pela destituição de Ramos, garante estar de posse de um documento com sete assinaturas indicando Aloysio Teixeira como novo Coordenador.

Já assinaram o documento à Mesa da Câmara, além de Messias e do próprio Aloysio, Jorge Leite, Denisar Arneiro, Daso Coimbra, Flávio Palmier e Ana Maria Rattes. Messias espera ainda colher mais cinco assinaturas. Ramos, identificado com a ala da "esquerda" da bancada, despertou a ira dos "moreiristas" ao criticar a composição do secretariado do Governo do Rio.